

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE
DO TURISMO NACIONAL
DESTINOS INDUTORES
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

PARNAIBA

2013



APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE	4
2. RESULTADOS	6
2.1. Índice geral	6
2.2. Infraestrutura geral	9
2.3. Acesso	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos	12
2.5. Atrativos turísticos	14
2.6. Marketing e promoção do destino	15
2.7. Políticas públicas.....	17
2.8. Cooperação regional.....	18
2.9. Monitoramento	20
2.10. Economia local	22
2.11. Capacidade empresarial.....	23
2.12. Aspectos sociais	25
2.13. Aspectos ambientais.....	26
2.14. Aspectos culturais.....	28
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE.....	30

1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (MTur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100¹:

Nível 1: intervalo entre 0 e 20;

Nível 2: intervalo entre 21 e 40;

Nível 3: intervalo entre 41 e 60;

Nível 4: intervalo entre 61 e 80;

¹ Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

Nível 5: destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades não capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das não capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

2. RESULTADOS

A pesquisa em Parnaíba foi realizada entre os dias 22 e 26 de julho de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

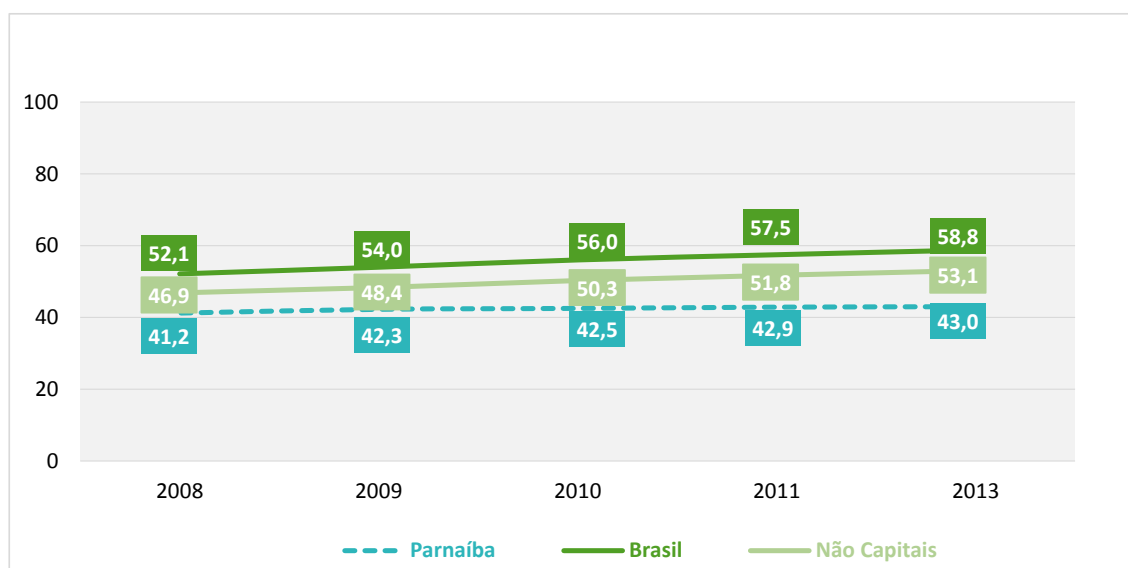
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 43,0 (nível 3). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou maior em relação ao índice obtido em 2011 (42,9):

Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013

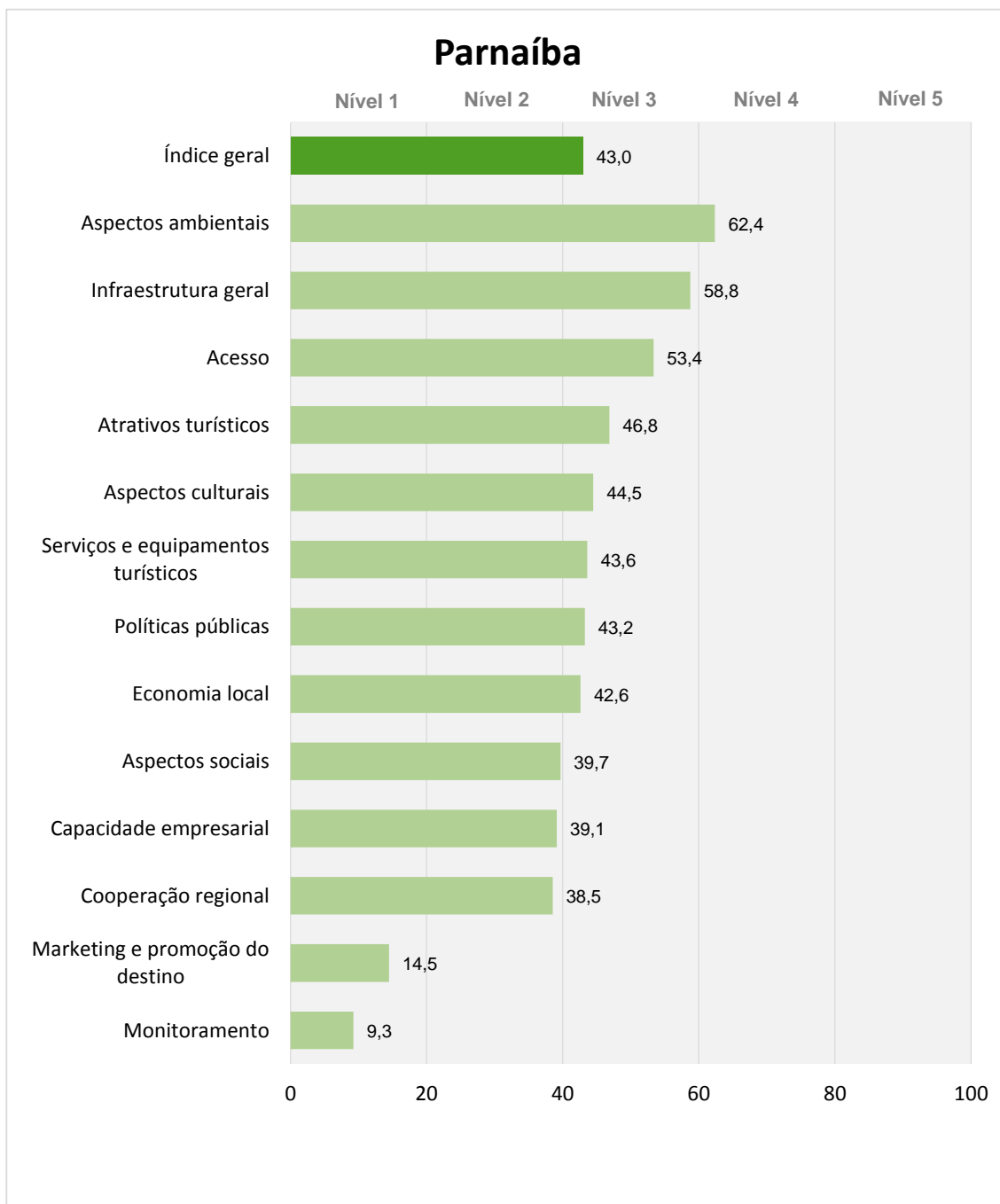


Observa-se no Gráfico 1 o comportamento dos indicadores do destino ao longo das cinco edições da pesquisa. Em 2013, o índice manteve-se no mesmo nível de competitividade que 2011.

O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das não capitais, demonstrando que o índice do destino seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das não capitais foi de 53,1.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, a que obteve melhor desempenho, com índice acima do nível 4 (61 a 80), foi Aspectos Ambientais, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Aspectos sociais, Capacidade empresarial, Cooperação regional, *Marketing* e promoção do destino e Monitoramento, as quais não ultrapassaram o nível 2 (abaixo de 40,4).

Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho

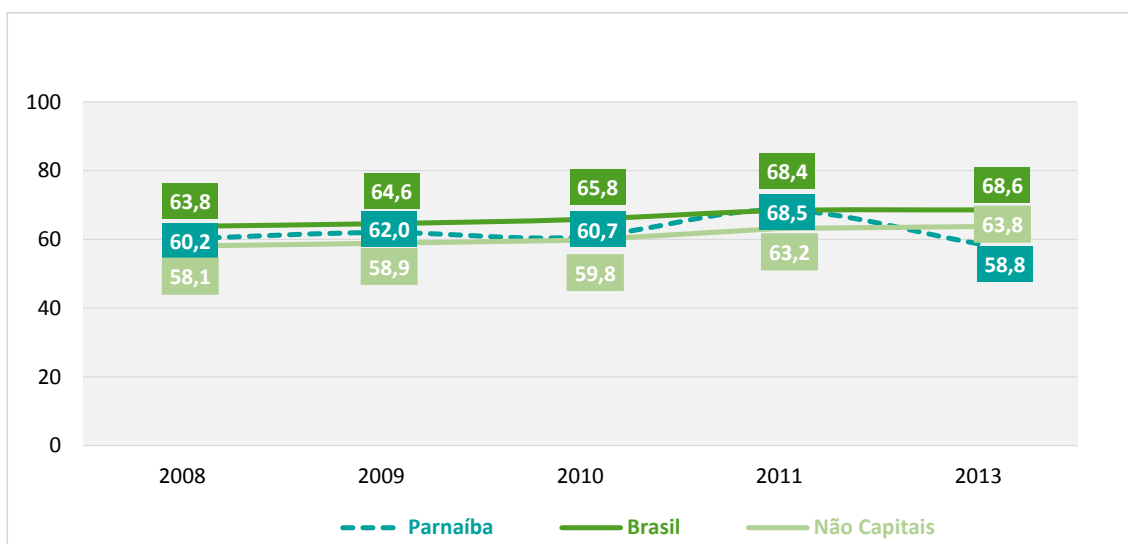


2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Parnaíba registrou 58,8 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,8 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em nível de primeiro socorro, estrutura para pequenas cirurgias, estrutura para cirurgia de emergência;
- Presença de Corpo de Bombeiros;
- Existência de Defesa Civil no destino;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas; e
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Fornecimento descontínuo de energia elétrica no período de alta temporada, conforme depoimento dos entrevistados;
- Ausência de grupamento de polícia especializado no atendimento ao turista;
- Inexistência de programa de proteção ao turista na Polícia Civil; e
- Ausência de lixeiras, banheiros públicos e telefones públicos em bom estado de conservação e em quantidade suficiente para atender a demanda no entorno das áreas turísticas.

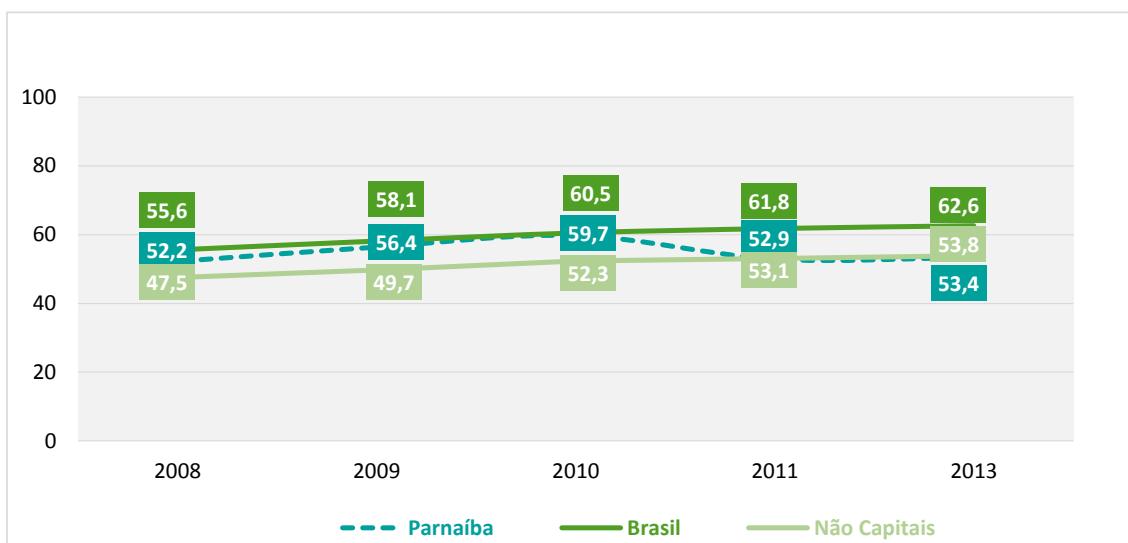
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 53,4 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 53,8 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto que atende ao município fora de seu território - Aeroporto de Teresina (Senador Petrônio Portella), que recebe vôos regulares de destinos nacionais, dentre eles: São Paulo e Rio de Janeiro.
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no Aeroporto Senador Petrônio Portela – táxi e ônibus executivo, conforme depoimento na visita técnica ao município; e
- Existência de um terminal rodoviário no destino, com oferta de transportes para o deslocamento dos que embarcam e desembarcam na rodoviária – táxi, moto táxi.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- O aeroporto localizado dentro do território municipal não recebe vôos regulares nacionais ou internacionais;
- Distância entre o aeroporto de Teresina, que atende ao município, e o centro do destino – mais de 300km;
- Inexistência de terminal aquaviário que atenda ao destino;

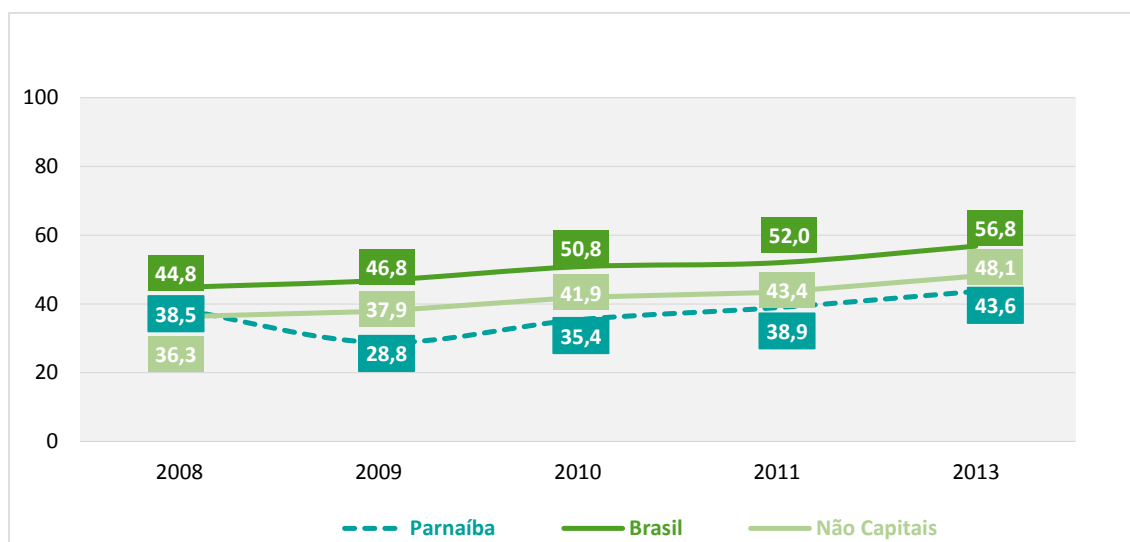
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino;
- Carência de vagas para estacionamento nas áreas turísticas; e
- Os serviços de táxi não são regulamentados e padronizados.

2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 43,6 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 48,1 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo MTur, mesmo que em apenas pequena parte do destino;
- Oferta de espaços para a realização de eventos – salas em hotéis para eventos de pequeno/médio porte, complexo Porto das Barcas, praça de eventos Manduladinho;
- Disponibilidade de acesso à internet nas unidades habitacionais da maioria dos meios de hospedagem;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do MTur; e
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres e de graduação nas áreas relacionadas ao turismo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

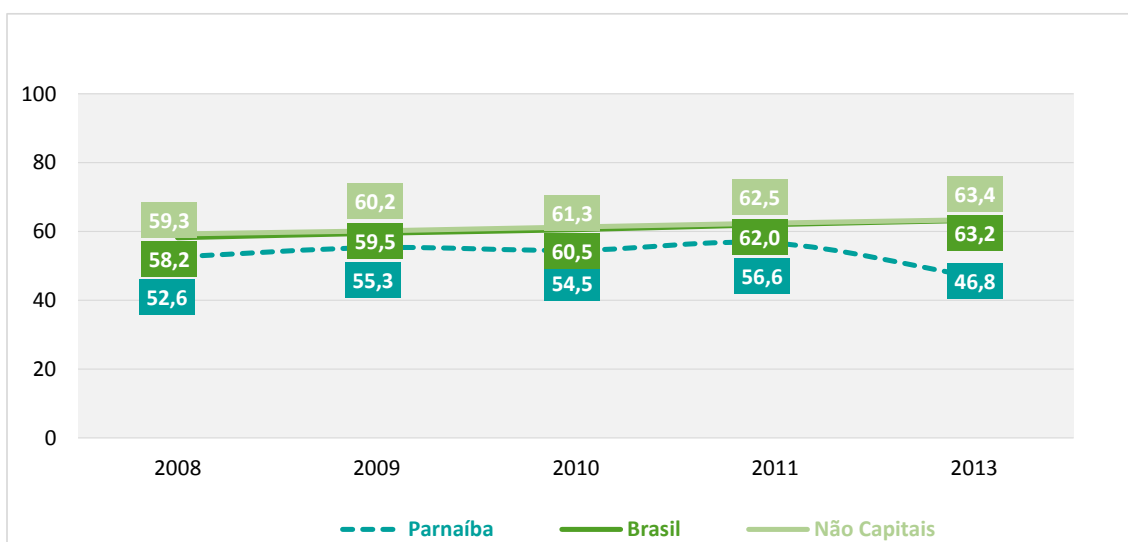
- Ausência de sinalização turística viária em idioma estrangeiro;
- Inexistência de CAT – Centro de Atendimento ao Turista;
- Ausência de um centro de convenções que atenda ao destino;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem;
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem;
- O fato de os ambulantes não estarem orientados quanto à manipulação e preparo com higiene dos alimentos oferecidos; e
- Não possuem estabelecimentos de alimentação com padrão turístico - capacidade para atender turistas estrangeiros.

2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 46,8 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Delta do Parnaíba, Praia Pedra do Sal e Lagoa do Portinho;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Porto das Barca, Catedral Nossa Senhora das Graças, Cajueiro de Humberto Campos; e

- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Festival Junino, Carnaval e Via Sacra - teatro ao ar livre na semana santa.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

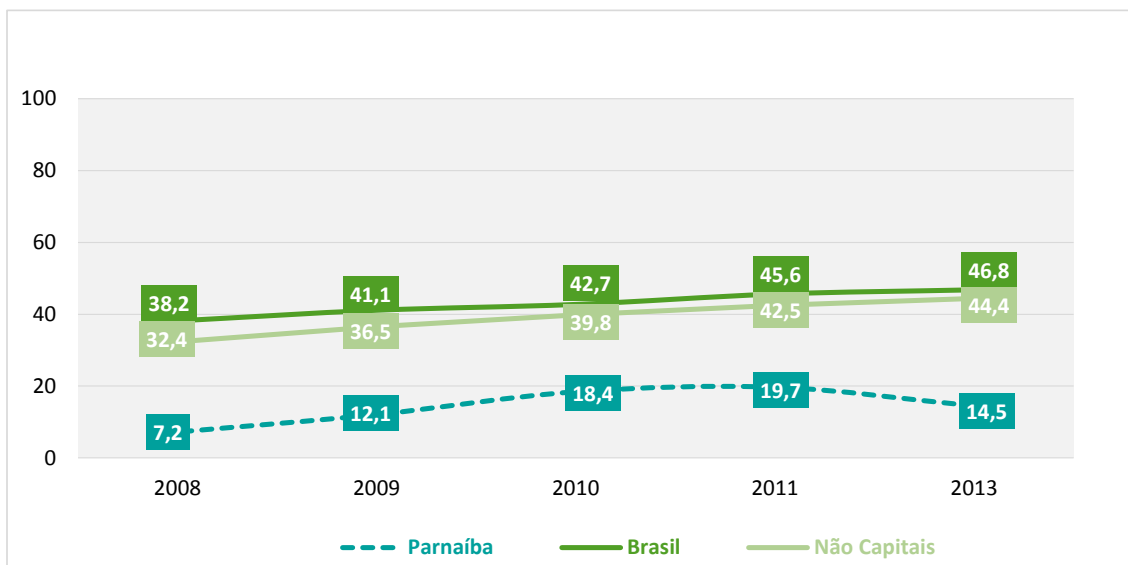
- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos;
- Estrutura disponível no local de saída dos barcos, para os passeios ao delta, carecem de melhorias;
- Inexistência de estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado – Porto das Barcas;
- Estrutura de apoio aos visitantes neste atrativo cultural, como por exemplo ausência de informações turísticas no local;
- Estado da estrutura física disponível no local em que acontece o principal evento programado indicado; e
- Inexistência de atrativo de realização técnica, científica ou artística para o qual haja fluxo turístico efetivamente técnico.

2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de marketing; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 14,5 nessa dimensão em 2013 (nível 1), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Índices Marketing e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 44,4 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Possui mapa e cartão postal, distribuído como material promocional do destino; e
- Agenda de eventos disponível para consulta gratuitamente.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de plano de *marketing* formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- Não participação em feiras e eventos do setor de turismo, de forma contínua e institucionalizada;
- Não participação em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), ações que ajudariam a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional ou no mercado internacional;

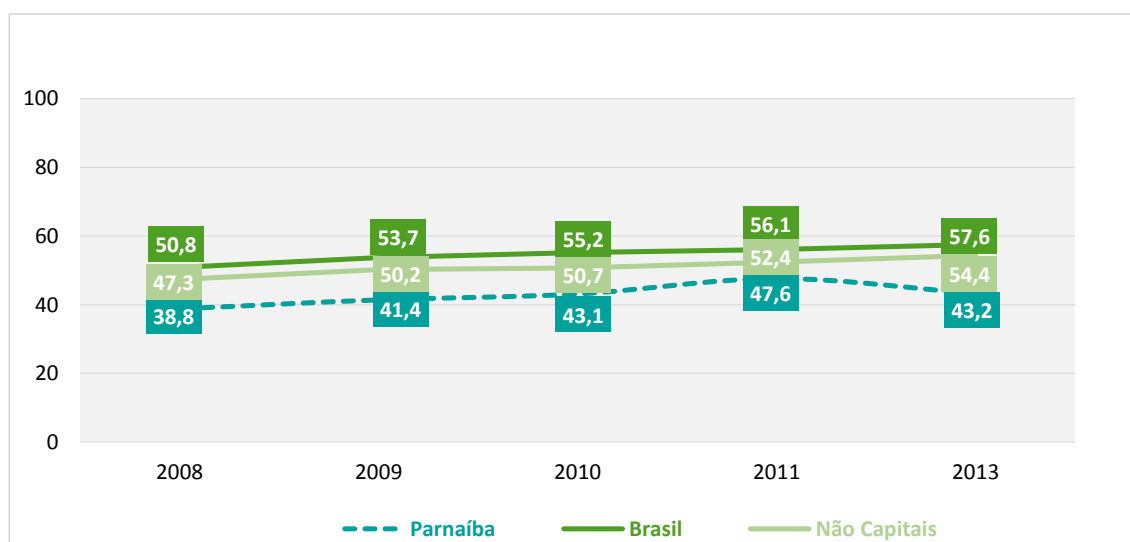
- O destino não promoveu evento próprio para divulgar seus atrativos e equipamentos fora de seu território nos últimos cinco anos;
- O material promocional do destino não inclui idioma estrangeiro, não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, tampouco sobre a importância de preservar o meio ambiente;
- Ausência de informações turísticas na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço www.parnaiba.pi.gov.br; e
- Ausência de uma página institucional do município na internet com informações turísticas sobre o destino.

2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi 57,6. O destino registrou 43,2 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 54,4 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares no ano anterior; e
- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

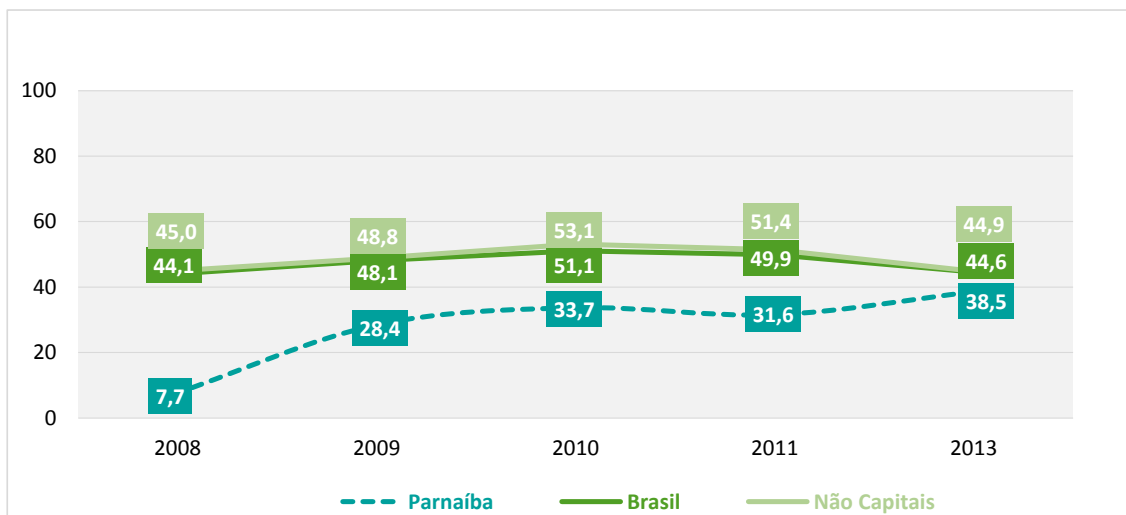
- O órgão gestor de turismo não é exclusivo da pasta turismo, e não dispõe de autonomia orçamentária;
- Ausência de projetos desenvolvidos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, no último ano;
- Ausência de instância de governança local ativa – conselho municipal de turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- O destino não desenvolveu projetos conjuntos com a iniciativa privada ou entidades de classe representativas do setor privado em atividades relacionadas ao turismo, conforme depoimento de empresários entrevistados; e
- Parnaíba não tem nenhum planejamento formal para o setor de turismo que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos.

2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 38,5 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 44,9 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- Foram realizadas ações por meio da Rota das Emoções para mobilizar atores do segmento turístico do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Existência de projetos de cooperação regional compartilhados entre o município avaliado e outros destinos da região Pólo Costa do Delta;
- O destino integra roteiro regional, comercializados por operadores e agências nacionais e internacionais, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico;
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais, e realizou ações promocionais, em parceria com outros destinos da mesma região e de outros estados, com agentes/operadores de turismo receptivo; e

- O destino co-produz material promocional do roteiro turístico Rota das Emoções, da qual faz parte.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

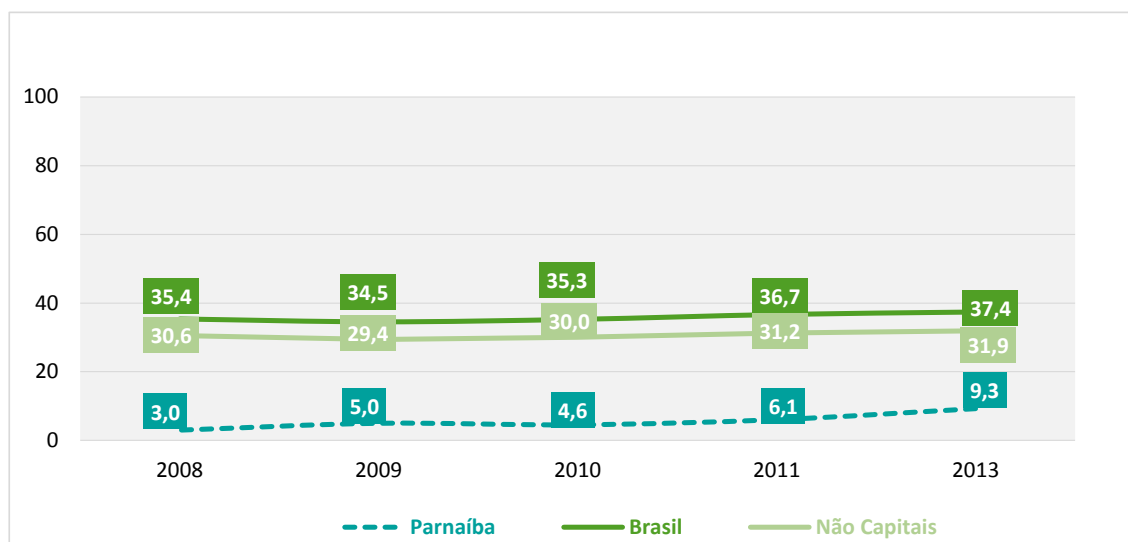
- Ausência de instância de governança regional ativa, responsável pela coordenação das ações de regionalização do turismo;
- Ausência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região turística, que determine responsabilidades e metas de mercado ou cujas ações e projetos contemplem o município avaliado;
- O roteiro regional do qual o destino faz parte não foi elaborado prevendo o monitoramento de aspectos relacionados à sustentabilidade;
- Inexistência de página institucional da região turística na *internet*; e
- O destino não produz ou coproduz material promocional da região turística da qual faz parte.

2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 9,3 nessa dimensão em 2013 (nível 1), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 31,9 (nível 2), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda, que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

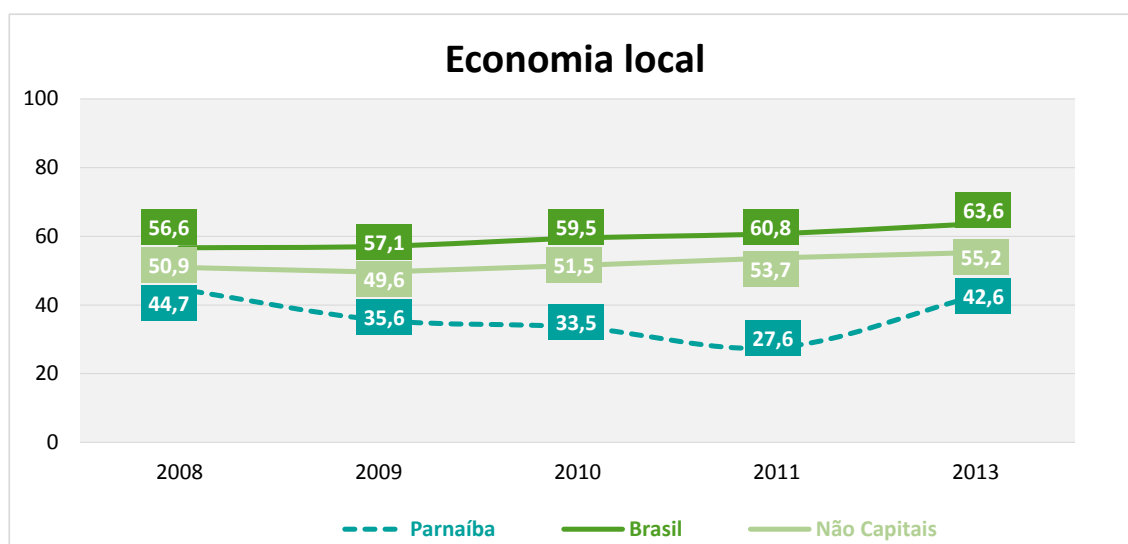
- Inexistência de pesquisa de oferta turística atualizada, – inventário – para coleta de dados relevantes para a gestão, o planejamento e a divulgação de informações sobre o destino;
- Ausência de um conjunto de estatísticas turísticas e de relatórios de conjuntura turística;
- Não acompanhamento dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal;
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais e ambientais gerados pelo turismo; e
- A administração pública local não possui um setor específico de estudos que realize pesquisas em turismo.

2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 42,6 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 55,2 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos, como o Porto das Barcas;
- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Disponibilidade de benefícios locais de isenção de impostos ou taxas para as atividades características do turismo, por meio de lei municipal 2.734 de 05 de abril de 2013 que prevê incentivos fiscais para empresas aéreas;

- Oferta de benefícios financeiros locais regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio do Banco do Nordeste.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

- Ausência de casas de câmbio;
- Inexistência de um *Convention & Visitors Bureau* do destino ou da região da qual o destino faz parte, instituição que poderia auxiliar o destino na captação de eventos, na promoção e divulgação dos atrativos e no planejamento turístico em curto, médio e longo prazo.

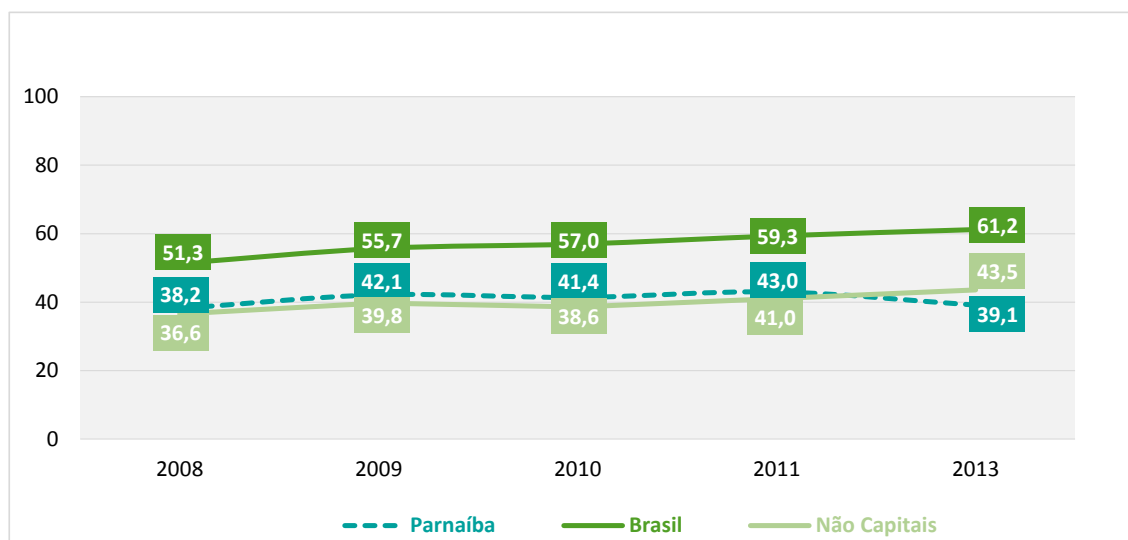
Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 39,1 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 43,5 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior e de cursos livres, e de escolas de formação em idioma estrangeiro; e
- Presença de empresa de grande porte, filial ou subsidiária com mais de mil funcionários e de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado ou perecíveis.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em hotelaria em cargos de gerência ou administrativo, de acordo com os depoimentos dos entrevistados;
- Ausência de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, como empresas dos segmentos de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem;
- Inexistência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentem o empreendedorismo como arranjos produtivos locais; e

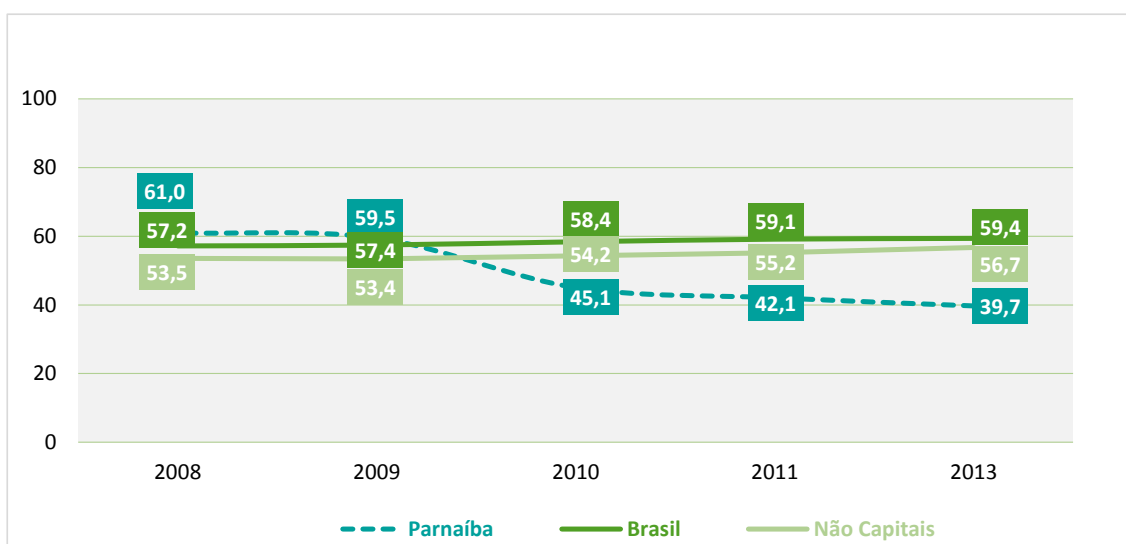
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas falta de pessoal capacitado, infraestrutura para edificações, falta de incentivos fiscais empresas relacionadas com hotelaria, alimentação e agenciamento.

2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 39,7 (nível 2) nessa dimensão em 2013, índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 56,7 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- A população local faz uso dos equipamentos e atrativos turísticos do destino; e
- Envolvimento da comunidade com o desenvolvimento da atividade turística, por meio de entidades do trade turístico.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

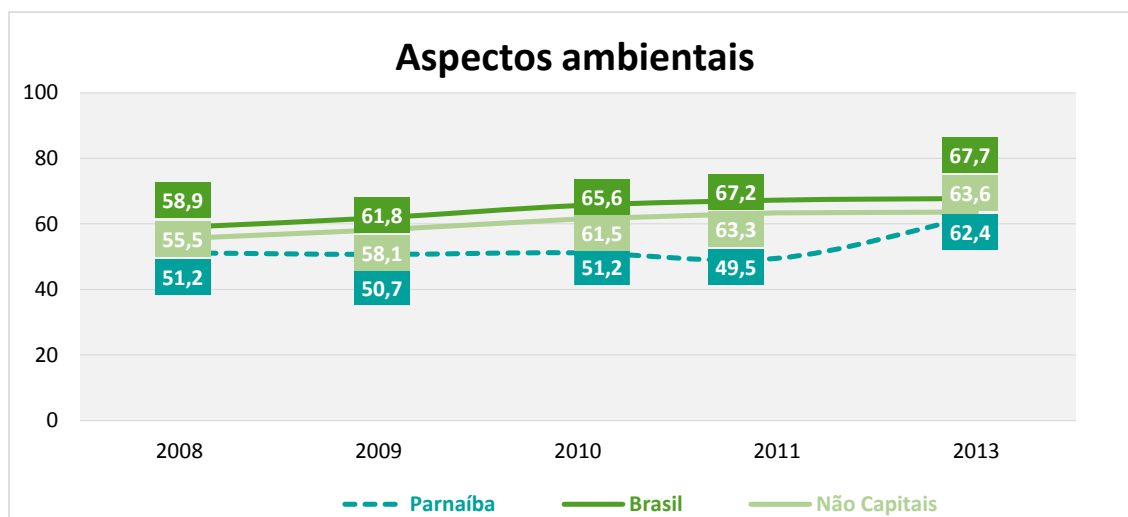
- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Inexistência de programa específico de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo;
- Ausência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local;
- Ausência de sensibilização dos cidadãos sobre os impactos da atividade turística para o destino, tanto positivos quanto negativos;
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local ou para o respeito à cultura e ao patrimônio; e
- A população não é consultada sobre atividades ou projetos turísticos, seja por meio do conselho ou audiências públicas.

2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 62,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,6 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos -;
- Rede pública de distribuição de água;
- Realização de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto que atende ao destino;
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal - APA do Delta do Parnaíba -, com conselho gestor ativo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

- O Conselho de Meio Ambiente não está ativo;
- Inexistência de Código Ambiental Municipal;

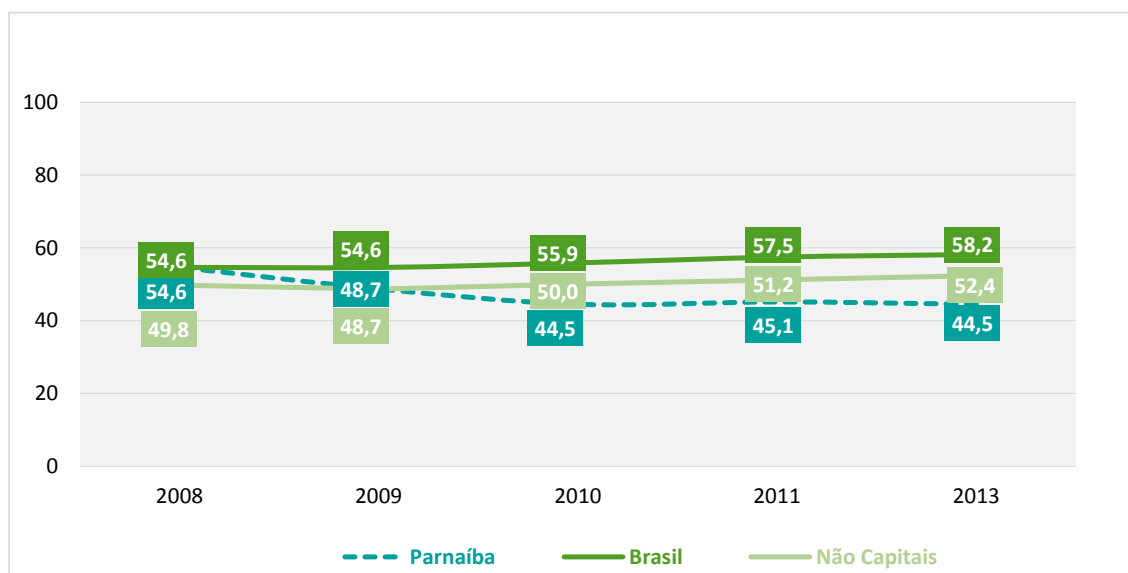
- Presença de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como indústria química, retirada fluvial de areia;
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Inexistência de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Ausência de plano de manejo para a principal Unidade de Conservação indicada - APA do Delta do Parnaíba.

2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 44,5 nessa dimensão em 2013 (nível 2), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 52,4 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal e culinária típica;
- Presença de tradições culturais evidentes e típicas do seu território e de manifestações religiosas no destino;
- Existência de bens tombados como patrimônio histórico – Porto das Barcas e a Casa da Dona Alta; e
- Presença de órgão da administração local com atribuição de incentivar o desenvolvimento da cultura - Superintendência Municipal da Cultura, subordinada a Secretaria da Gestão.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Ausência de patrimônio imaterial registrado e de patrimônio artístico tombado e de bens tombados como patrimônio histórico;
- Inexistência de uma política de preservação de bens culturais imateriais;
- Ausência de legislação municipal de cultura, e de fundo municipal de cultura;
- O destino não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e não conta com projeto de implementação de turismo cultural;e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das não capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Parnaíba, é possível concluir que, em 2013, houve regressão do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa².

² Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais

Dimensões	Brasil			Não Capitais			Parnaíba		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	50,3	51,8	53,1	42,5	42,9	43,0
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	59,8	63,2	63,8	60,7	68,5	58,8
Acesso	60,5	61,8	62,6	52,3	53,1	53,8	59,7	52,9	53,4
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	41,9	43,4	48,1	35,4	38,9	43,6
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	61,3	62,5	63,4	54,5	56,6	46,8
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	39,8	42,5	44,4	18,4	19,7	14,5
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	50,7	52,4	54,4	43,1	47,6	43,2
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	53,1	51,4	44,9	33,7	31,6	38,5
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	30,0	31,2	31,9	4,6	6,1	9,3
Economia local	59,5	60,8	63,6	51,5	53,7	55,2	33,5	27,6	42,6
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	38,6	41,0	43,5	41,4	43,0	39,1
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	54,2	55,2	56,7	45,1	42,1	39,7
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	61,5	63,3	63,6	51,2	49,5	62,4
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	50,0	51,2	52,4	44,5	45,1	44,5

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das "Não capitais" refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.

